

ATA DE 6ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às dez horas, na sala de reuniões da Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas (ASPLAN) localizada no sétimo andar da Torre I do Palácio da Justiça “Ministro Luiz Gallotti”, sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sito na rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, n. 208, centro, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGRPG) instituído pela Resolução TJ n. 20, de 5 de setembro de 2014, deste tribunal, e ato de nomeação consubstanciado na Portaria GP n. 105, de 9 de março de 2015.

Estiveram presentes os seguintes membros: 1) juiz Hélio do Valle Pereira, magistrado indicado pelo Tribunal (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, I); 2) juíza Candida Inês Zoellner Brugnoli, magistrado escolhido pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, II); 3) juiz Edison Zimmer, magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, III); 4) servidora Emylia Buchner Scalco Carneiro, servidora escolhida pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, IV); 5) servidor Olacir Gonçalves, servidor eleito por votação direta entre os servidores (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, V); 6) juiz Rafael Sandi, representando a Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), sem direito a voto; e 7) servidor Laércio Raimundo Bianchi, representando o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SINJUSC), sem direito a voto (em substituição, para o evento, do servidor Rinado Luiz da Silva).

Constatada a presença de todos os membros do Comitê, o juiz Hélio do Valle Pereira, Presidente do Comitê, fez a abertura do encontro e deu boas-vindas a todos. Esclareceu que a pauta foi fixada na reunião anterior: acompanhar a elaboração do plano plurianual para o quadriênio 2016/2019 (PPA 2016-2019) e verificar a necessidade de propor readequação de programas, projetos e ações para alinhamento com os objetivos e linhas de atuação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. Sem discussão, a pauta da reunião foi novamente aprovada pelos membros do Comitê, por unanimidade.

O servidor João Anfilóquio Machado Júnior, coordenador de planejamento, explicou as atividades que precisam ser desenvolvidas nos próximos meses, em razão do encaminhamento da proposta de PPA 2016-2019 pelo PJSC e do acompanhamento da execução orçamentária. Mencionou que o Poder Executivo tinha até o dia 30 de agosto passado para encaminhar a proposta para a Assembleia Legislativa. Referiu que o Diretor de Orçamento e Finanças sugeriu realizar reuniões de acompanhamento da execução orçamentária na primeira semana de outubro e, tão logo sejam confirmadas as datas dos encontros, encaminhará o cronograma para possibilitar a participação de

pelo menos um membro do Comitê em cada reunião. Os membros do Comitê deliberaram por aguardar a fixação do cronograma de reuniões, para depois definir quais deles comparecerão nos encontros. Tal definição poderá ocorrer por troca de mensagens eletrônicas.

Em seguida, os membros do Comitê passaram a discutir situações que podem influenciar na Justiça de Primeiro Grau, até mesmo para subsidiar relatório de atividades e construção de novo plano de ação para o biênio 2016-2017. Os debates transcorreram até por volta das 12h15min, quando a reunião foi interrompida para o almoço. Na continuidade dos trabalhos, às 13h30min, os membros do Comitê deliberaram no sentido de que o relatório de atividades deverá ser finalizado até o início do mês de dezembro de 2015, de modo que seja possível realizar sua entrega ao atual Presidente deste tribunal, bem como ao futuro que será eleito na primeira sessão do Pleno em 2 de dezembro de 2015.

Outrossim, os membros do Comitê deliberaram também por convidar o juiz André Alexandre Happke, juiz auxiliar da Presidência deste tribunal, para explicitar o projeto “Divisão de Tramitação Remota”.

A definição de data para a próxima reunião deverá ocorrer por troca de mensagens eletrônicas.

A reunião encerrou-se às 17h. Nada mais havendo para constar é encerrada a presente ata, cuja minuta foi encaminhada por correio eletrônico para aprovação dos presentes. A coleta das assinaturas dar-se-á na próxima reunião.

Hélio do Valle Pereira
PRESIDENTE DO COMITÊ
MAGISTRADO INDICADO PELO TRIBUNAL

Candida Inês Zoellner Brugnoli
MAGISTRADO ESCOLHIDO PELO TRIBUNAL

Edison Zimmer
MAGISTRADO ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS MAGISTRADOS DO PRIMEIRO GRAU

Emylia Buchner Scalco Carneiro
SERVIDORA ESCOLHIDA PELO TRIBUNAL

Olacir Gonçalves
SERVIDOR ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS SERVIDORES

Rafael Sandi
REPRESENTANTE DA AMC

Laércio Raimundo Bianchi
REPRESENTANTE DO SINJUSC